

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Ricardo Stuckert/divulgação



Lula com a bandeira da Acadêmicos de Niterói

Ida de presidente ao desfile preocupa assessores

Tem gente no entorno do presidente Lula (PT) preocupada com a possibilidade de ele decidir ir mesmo ao Sambódromo para assistir ao desfile da Acadêmicos de Niterói, que o homenageará.

O enredo da escola é “Do alto do Mulungu surge a esperança: Lula, o operário do Brasil”, uma louvação ao presidente — o samba chega a citar o jingle “Lulalá”.

O problema, alegam petistas, é o risco de o presidente ser vaiado por boa parte do público, em ano eleitoral.

No segundo turno da eleição de 2022, Lula foi derrotado por Jair Bolsonaro (PL) na cidade do Rio de Janeiro — recebeu 47,34% dos votos contra 52,66% dados ao então presidente.

Povo dos camarotes

Pelo menos um dos auxiliares, que conhece bem o Rio, ressalta que, nos últimos anos, houve uma expansão muito grande dos espaços destinados a camarotes no Sambódromo.

Esses locais reúnem público de poder aquisitivo mais alto: o ingresso, por noite, custa cerca de R\$ 5 mil.

São, em tese, foliões que tendem a ser mais hostis a Lula e ao PT.

Reprodução/redes sociais



No ano passado, Janja visitou o barracão da Portela

O fator Janja

“No Maracanã, vaia-se até minuto de silêncio” — o assessor lembra da frase de Nelson Rodrigues para ilustrar o risco. O público do Sambódromo também não costuma ser muito generoso com políticos.

Há também o medo de uma recepção negativa à socióloga Janja da Silva, mulher do presidente.

O fato de a escola ser a primeira a desfilar no domingo diminui um pouco a preocupação. O público dos camarotes costuma chegar mais tarde; boa parte não faz muita questão de assistir aos desfiles.

Abraço em Paes

A ordem, por enquanto, é evitar um excesso de exposição do presidente, que, também por questões de segurança, deve evitar aparecer demais.

A tendência é de que ele fique no camarote com o prefeito Eduardo Paes (PSD), o que serviria para reforçar o apoio deste à sua reeleição. Só desceria para a pista para ver a Acadêmicos.

Patentes em risco

Diferentemente do que chegou a ser alardeado, uma decisão do procurador-geral da Justiça Militar, Clauro Roberto de Bortolli, não encaminhou pedido para arquivar qualquer possibilidade de perda de cargo e patente de oficiais das Forças Armadas condenados por golpismo, entre eles, Bolsonaro.

Caso específico

O Ministério Público Militar — ligado ao Ministério Público Federal — ressalta que o pedido de arquivamento é específico para a representação protocolada pela deputada federal Natália Bonavides (PT-RN). Ela pedia que fossem avaliados os casos de Bolsonaro e de outros quatro oficiais condenados.

Resposta

De acordo com o MPM, o procurador-geral apenas respondeu a um questionamento do Superior Tribunal Militar (STM) sobre a representação feita pela deputada. Bortolli, então, afirmou que já havia recebido uma comunicação oficial das condenações por parte do Supremo Tribunal Federal.

Em fevereiro...

Na resposta, o procurador-geral informou que o procedimento já estava em curso. Em resumo: Bortolli ainda não se posicionou sobre a representação de indignidade para o oficialato dos cinco militares da reserva condenados pelo STF. O MPM só deverá se manifestar no próximo mês, quando o STM retomar seus trabalhos.

Receitas abertas

Virou hábito de médicos e de hospitais enviarem receitas também por sistemas eletrônicos ligados a empresas que vendem medicamentos e/ou atuam como plataformas de redes de farmácias. Essas empresas recebem os dados dos pacientes, seus dados e as receitas que lhes foram prescritas.

Lei ignorada

Este tipo de repasse contraria dispositivos da Lei Geral de Proteção de Dados, que protege informações pessoais. Um dos artigos veda a possibilidade de “comunicação ou o uso compartilhado entre controladores de dados pessoais sensíveis referentes à saúde com objetivo de obter vantagem econômica”.



Advogados questionam parcialidade da Corte italiana

Itália adia novamente extradição de Zambelli

Defesa da brasileira entrará com pedido de troca de juízes

Por Gabriela Gallo

A Corte de Apelação de Roma, na Itália, adiou novamente a decisão sobre o processo de extradição da ex-deputada federal Carla Zambelli (PL-SP), presa desde julho de 2025, de volta para o Brasil. Inicialmente o processo estava previsto para ser encerrado nesta terça-feira (20). Ainda não foi firmada uma nova data para a retomada do julgamento, mas a expectativa é que ocorra em fevereiro.

Esta é a terceira vez que a Corte italiana adia o julgamento de Zambelli. Primeiro, a Justiça iria julgar o processo da brasileira em novembro, mas os advogados dela aderiram a uma greve de advogados italianos na época. Depois, em 18 de dezembro, a sessão foi adiada a pedido dos advogados de defesa da detenta, que solicitaram mais tempo para analisar o processo e documentos oriundos do Brasil.

Defesa

Antes da sessão ser adiada, a defesa de Zambelli, composta por advogados italianos, manifestou que apresentará um pedido solicitando a troca dos juízes responsáveis pelo caso no colegiado. Eles têm até esta sexta-feira (23) para oficializar o pedido por escrito.

De acordo com a defesa, os magistrados envolvidos no processo judicial não reuniram as

condições necessárias de imparcialidade para julgar o processo. Os advogados citaram, por exemplo, que somente receberam os documentos relacionados ao processo judicial na véspera do julgamento. Caso o pedido seja aceito, o julgamento começará a tramitar do zero.

Riscos na Colmeia

Dentre os argumentos da defesa da detenta ainda reforça o argumento de que a Penitenciária Feminina do Distrito Federal, conhecida como Colmeia, apresenta riscos para a saúde, a integridade física e segurança de Zambelli.

Dentre um dos argumentos, enquanto era parlamentar, ela foi uma das coautoras do Projeto de lei 3492/2019, conhecido como “Lei Rhuan Maycon”, que cria novos tipos penais como o homicídio para imposição de ideologia de gênero. O PL, que aguarda tramitação na Câmara dos Deputados, foi criado após o caso do assassinato do menino de 9 anos Rhuan Maycon, morto pela mãe e a companheira da mãe no Distrito Federal. E como ambas estão presas na Colmeia, a defesa argumenta que é um risco ela ir para o presídio.

O governo do Brasil, por outro lado, encaminhou uma documentação apontando as condições das detentas brasileiras e reiterou que as presas são separadas em blocos distintos.